

O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante

Maria Lulza Andreazza*
Sérgio Odilon Nadalin**

A marginalização inicial dos imigrantes foi ultrapassada pela sua abertura à interferência cultural da sociedade paranaense, formando assim uma nova identidade étnica (não mais o "europeu" e sim o "imigrante"), em que se podia observar uma natalidade relativamente alta e o predomínio substancial de famílias grandes.

Introdução

A imigração de europeus no século XIX constituiu-se na réplica da elite brasileira ao impasse gerado pelo fim da escravidão, um dos indicadores da crise que assinalou o rompimento das estruturas coloniais. De outro lado, este processo concerne ao surgimento no Brasil daquilo que poderemos denominar de uma "cultura imigrante".

As reflexões desenvolvidas neste artigo procuram situar a emergência desta cultura imigrante, analisando os descendentes de europeus da perspectiva dos contatos culturais. As análises que se seguem foram alicerçadas em dados provenientes de reconstituições de famílias, metodologia privilegiada nos estudos de Demografia Histórica. Contudo, buscam também delinear uma teoria da

família imigrante. Nesse sentido, o trabalho situa-se na temática mais ampla dos estudos de população; ou, o que é para nós mais pertinente, na história da população.

No Paraná, a história brasileira foi desenhada de forma peculiar. Portanto, embora o alvo de nossas atenções esteja centralizado na região meridional do país, em especial a paranaense, o Brasil não será abstraído. Ao contrário, em diversas ocasiões serão mencionadas as articulações e contradições dos esforços desenvolvidos pela província em relação a uma política imigratória nacional.

Por outro lado, o conteúdo do tema da imigração é suficientemente amplo para nele incluirmos experiências bastante diversas relativas à instalação, oficial e espontânea, de estrangeiros na região. "Colonos" em zonas rurais, mais próxi-

* Professora assistente do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

** Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e bolsista do CNPq.

mos do litoral ou no interior, mais ou menos distanciados dos centros "urbanos"; imigrantes localizados na periferia ou nas próprias cidades; estrangeiros e descendentes migrando e remigrando de uma região a outra; os casos específicos se sucedem.

Por conseguinte, considerando as limitações que nos são impostas, relacionadas aos objetivos deste artigo, teremos de fazer alguns recortes. Concentrar-nos-emos no período abrangido pelos quase cem anos em que, a nosso ver, verificou-se o maior impacto da presença estrangeira nas sociedades paranaense e brasileira. O quadro, pois, é o da Grande Imigração, assinalada, em grande parte, pelos condicionamentos gerados pela extinção do tráfico escravo para o Brasil, a partir da década de 1850, e que se estendeu até o início da Segunda Guerra Mundial (1939).

O outro recorte concerne à origem dos imigrantes. A imigração asiática (japonesa, principalmente) é muito recente, caracterizando quase um subperíodo entre as balizas assinaladas. Aporta, além disso, outros tipos de problemas que dificilmente poderiam ser aqui abordados. É por isso que, no principal, trataremos da instalação de europeus - mesmo porque, as idéias que estavam por trás da política imigratória brasileira tiveram muito mais a ver com esta imigração.

O terceiro privilegiamento resulta da constatação de que Curitiba tem sido, na produção historiográfica paranaense, o principal foco de análises demográficas sobre a imigração. De forma mais ou menos exaustiva, desde a década de 1970 alemães, poloneses e italianos constituem objeto de investigações nesta perspectiva metodológica. Sendo assim, nossas análises e reflexões centrar-se-ão na história curitibana, "laboratório" de uma experiência populacional original mas que pode, com o devido tratamento, permitir generalizações referentes aos ensaios imigratórios em outras regiões do Paraná.

Por outro lado, Curitiba está na moda, e esse fato relaciona-se com uma história que admite uma presença imigrante *que deu certo*. Embora a cidade e os curitibanos mereçam homenagens, estamos tratando com evidentes deformações, assinaladas por exageros que não resistem a observações um pouco mais críticas. Deformações que, a nosso ver, inserem-se numa certa tradição do Paraná como *um Brasil diferente* (Martins, 1955), tradição que se baseia no predomínio de um biotipo característico da população paranaense, no seu sotaque diferenciado, e numa interpretação singular de nossa história regional. É como se, no Paraná, a "mancha da escravidão" e mesmo da colonização portuguesa tivessem sido apagadas, instaurando-se na região uma civilização nos moldes idealmente camponeses e europeus. Na reprodução deste raciocínio, simplista e ingênuo, recuperamos e reiteramos aspectos da ideologia imigratória do século XIX, de cunho liberal e conservador.

De qualquer forma, a presença imigrante foi importante na nossa história regional, introduzindo uma marca diferenciada que distingue de maneira especial o que poderíamos chamar de uma "cultura imigrante", de modo semelhante ao que fez há tempos Diegues Jr. (1960). Entretanto, em função do contato com uma sociedade que desejava "regenerar" e renovar as práticas do trabalho aviltadas pela escravidão, uma parcela da cultura imigrante parece ter se fundamentado na incorporação de tal ideologia, reelaborando e reconstruindo-a como argumento étnico de uma vocação. Não é este, de um certo modo, um dos temas tratados no romance de Viana Moog, *Um rio imita o Reno?*

Portanto, nas nossas considerações é necessário levar em conta que este fragmento novo da população paranaense foi incorporado por uma sociedade cujas estruturas têm raízes coloniais. Por mais que seja característica, inova-

dora e original a contribuição cultural e demográfica do imigrante, o processo histórico do Paraná tem uma dinâmica marcadamente brasileira.

Os deslocamentos de populações: séculos XIX e XX

Pretendemos, nesta seção, traçar as amplas linhas de como entendemos as rupturas estruturais que, de um modo ou de outro, contribuíram fundamentalmente para a ocorrência das grandes migrações do século passado e das primeiras décadas do século XX.

É preciso referir, de início, o que é evidente: as motivações americanas e européias que alavancaram as migrações do século XIX faziam parte de um mesmo processo, cuja origem radicava-se na Europa. De um lado, um conjunto complexo de mudanças que desembocaram nos séculos XIX e XX e que, de forma generalizada, tomam o nome de *transição demográfica*. Estas transformações na população européia articulavam-se de modo contraditório às inércias que sustentavam as sociedades camponesas naquele continente, fruto de uma longa história suportada por uma "economia moral", comunitária e local. A esse quadro correspondia uma população quase estacionária, com altos índices de mortalidade e natalidade.

Este mundo aparentemente conservador tinha como contraponto as profundas mudanças ocorridas com a expansão do capitalismo, mudanças essas em diversos momentos estreitamente ligadas às transformações sócio-demográficas. Estas alterações geraram excedentes populacionais que, dependendo da conjuntura local e de fatores, digamos, culturais, levavam a uma maior ou menor predisposição às migrações e, por extensão, à emigração transoceânica. Na época moderna assiste-se, igualmente, à gradativa fusão das inúmeras unidades econômicas - até então fechadas em si mes-

mas - em grandes mercados regionais e mesmo à constituição de mercados internacionais. Estas ocorrências foram acompanhadas pelo fortalecimento de uma mentalidade individualista, que de maneira paulatina contribuiu para o desenraizamento da população do campo (e das pequenas unidades urbanas) e para as migrações a longa distância.

Enfim, trata-se do fenômeno de expansão capitalista, determinando transferências de capital para os "países novos" e as "colônias". Processos igualmente casados, pois a migração de capitais gerava a necessidade da transformação da mão-de-obra para "fecundar este capital e permitir que ele se multiplicasse" (Singer, 1968:88). Dito de outra maneira, embora ainda reforçando esta perspectiva da história econômica: num nível de análise mais amplo, as grandes migrações do século passado podem ser situadas nas acomodações necessárias para o pleno desenvolvimento do capitalismo, desempenhando, inclusive, papel decisivo para seu fortalecimento numa escala mundial (Petroni, 1982:9-11).

Transição demográfica, expansão capitalista e grandes migrações são processos interligados igualmente no espaço. As diversas ondas emigratórias européias, que atingiram o apogeu na passagem do século e retomaram com outras características no período entreguerras, acompanharam de certa forma o avanço da transição demográfica e do capitalismo, expandindo-se sucessivamente do Noroeste para o Sul e Leste Europeus.

Somente nesta visão multilateral é possível o entendimento do processo de transferência populacional, incluindo ainda o fato de que ao mecanismo de repulsão que se processou na Europa correspondeu um processo de atração de imigrantes na América, não como uma coincidência fortuita, mas no quadro da divisão internacional do trabalho. Isto porque, do lado de cá, construía-se uma nova sociedade, onde o imigrante era extremamente necessário, com argumen-

tos deduzidos da ideologia liberal do século XIX.

Se, sob uma perspectiva nacional, a "imigração" para suprir mão-de-obra superou sempre com larga margem a "colonização" para povoamento, a importância relativa deste último sistema para a história do Brasil Meridional é incontestável.

Como sabemos, por delegação do governo central, desde 1850 os governos provinciais eram parte diretamente interessada no assunto colonização. Empreendimentos particulares ou oficiais, as novas colônias proliferaram, penetrando cada vez mais para o interior - as gerações mais novas, "filiais", baseadas nas implantações mais antigas, as "matrizes". Seguiam os vales dos rios, às vezes isolando-se, mas sempre ocupando regiões inóspitas, completando a posse do planalto e terminando por ligá-lo ao litoral. Essa foi a tendência no Sul.

O limite desta expansão foi o campo, ocupado tradicionalmente pela criação de gado. Em outros termos, a penetração dos imigrantes e seus descendentes só foi possível nas terras desprezadas pelo latifúndio, do mesmo modo que os colonos instalados em São Paulo ou no Rio de Janeiro só puderam prosperar em regiões já abandonadas pelo café, fora da influência da grande propriedade rural (Carneiro, 1950:40).

É verdade que as relações entre o imigrante e a sociedade campeira eram bem mais cordiais do que aquelas desenvolvidas entre os cafeicultores e os estrangeiros. Apesar disso, era evidente, mesmo no Sul, a contradição entre os dois sistemas. Um, herdeiro das relações sociais estabelecidas pela colônia; outro, resultado da construção de uma cultura imigrante, com nítidos traços diferenciais: valorização do trabalho físico; economia policultora estruturada na pequena propriedade, visando os mercados urbanos; moral e organização familiar características etc. Enfim, duas diferentes éticas de trabalho que se contrapunham.

A estes sistemas é preciso ainda acrescentar dois componentes ambientais distintos: a "mata", ou as áreas outoras florestais, habitada pelos agricultores brancos descendentes dos imigrantes recentes europeus, e o "campo" vizinho, ocupado pelos fazendeiros, que "consideram o colono laborioso como inferior, e são arrogantes e presunçosos nos seus contatos com ele. Assim, a mata e o campo são dois mundos inteiramente diferentes no sul do Brasil. São diferentes quanto às condições naturais, tanto quanto às econômicas, sociais e raciais." (Waibel, 1979:231).

Resumindo, o período coberto pela segunda fase (1) da imigração estrangeira no Brasil, na sua perspectiva regional, teve como tonalidade principal a continuidade da colonização, tanto por iniciativas oficiais como particulares.

A estas questões de fundo começou a se sobrepor, nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX, um outro fator, mais imediato e concreto - pelo menos no Paraná. Referimo-nos ao resultado da grande pressão da demanda do braço cativo pela cafeicultura, com a conseqüente mobilização da escravaria em direção, principalmente, às fazendas paulistas. A revenda do escravo veio agravar os problemas relativos ao sistema de abastecimento de gêneros alimentícios na província. Como resultado, a introdução de colonos começou a ser vista como um remédio para resolver o problema da carestia e dos altos preços dos alimentos. Além disso, o imigrante europeu era encarado sob uma concepção romântica, capaz de criar uma "civilização camponesa à maneira da Europa" (Pinheiro Machado *et al.*, 1968:51).

Desta forma, a motivação de criar uma agricultura de abastecimento personalizou a história da colonização no Paraná, pois esta foi, durante quase 30 anos, a razão dominante que justificou uma política imigratória provincial. Como resultado, às três colônias existentes na região no momento de sua emancipação política

- Rio Negro, Thereza e Superagüi - somaram-se dezenas de outras, principalmente no decênio inaugurado pelo ano de 1870.

Foi na região de Curitiba que melhor se desenvolveu a atividade colonizadora, compreendendo o estabelecimento de alemães e suíços, italianos e poloneses, secundados em importância por franceses, ingleses e escandinavos. O ponto de referência da presença imigrante no primeiro planalto paranaense situa-se entre 1850 e 1859. Neste momento, iniciava-se o fluxo maior da remigração de imigrantes de idioma alemão para Curitiba, oriundos da colônia Dona Francisca (Joinville), no norte de Santa Catarina. De 1869 a 1878 foram instalados vários núcleos a distâncias que variavam de 2 a 16 km de Curitiba, constituídos por alemães de diversas origens, franceses, franceses algerianos, ingleses, italianos, poloneses e suecos. Antes destas colônias, somente um grande empreendimento - Assungui - havia surgido, no atual município de Cerro Azul, a uma distância mais considerável da capital.

Os resultados satisfatórios alcançados na colonização das cercanias de Curitiba estimularam a extensão do programa ao litoral e aos Campos Gerais com os "alemães do Volga", em 1878. Por razões que não nos cabe referir aqui, inclusive porque há muito ainda por se analisar e dizer a respeito, estes projetos não prosperaram. O que importa assinalar é que, justamente em função dos resultados negativos, foi suspensa uma fase do programa de interiorização da colonização no Paraná. Igualmente, ficou caracterizado o fim das concepções românticas acerca das possibilidades de progresso trazidas pelos imigrantes.

O fracasso do projeto de povoamento do interior levou o governo provincial a modificar a política imigratória na década de 1880, diminuindo substancialmente sua participação financeira, extinguindo praticamente a colonização "oficial" e emancipando os estabelecimentos

existentes. Como resultado, diminuiu o número de imigrantes instalados em colônias naquela década: 2.769, contra cerca de 12.500 na década anterior.

Todavia, a província parecia continuar interessada na vinda de estrangeiros para povoar seu território, pois foi iniciativa das autoridades provinciais a criação de sociedades de imigração, centralizadas na capital. Ao todo, 11 associações, fundadas entre 1885 e 1886, "atuaram de modo eficiente e variado na promoção de serviços de imigração, inclusive na propaganda das terras do Paraná para a colonização" (Balhana, 1969:76). O reflexo numérico do trabalho destas sociedades e das companhias de colonização destacou-se somente nos dez anos seguintes (1890-1899), quando 45.752 imigrantes foram trazidos para estabelecimentos coloniais organizados no estado.

Outro fator a contribuir para o incremento imigratório foi um programa de obras públicas - basicamente na capital e no litoral - que se traduziu na construção de vias férreas e linhas telegráficas, obras que incidiram de forma significativa na demanda de mão-de-obra. É também provável que a colonização incrementada neste novo ciclo tenha sido realizada - em parte pelo menos - tendo em vista os interesses das companhias concessionárias da construção das ferrovias, uma vez que as mesmas eram, concomitantemente, companhias de colonização.

Em termos regionais paranaenses, a composição étnica majoritária dos colonos neste novo período concentrou-se em italianos e poloneses em 1880-89, e em poloneses, italianos e alemães em 1890-99, com um novo colorido proporcionado pela participação significativa de ucranianos. De 1900 a 1911, aos grupos já relacionados deve-se agregar os holandeses. Por outro lado, não foram registrados italianos na composição destes núcleos mais recentes.

Num quadro geral, entre 1829 e 1911 instalaram-se no Paraná 85.537 co-

lonos estrangeiros. Em virtude do baixo índice de fixação destes imigrantes, sabemos que muitos restaram pouco tempo nas colônias onde foram localizados, mormente quando não havia condições de desenvolvimento, frustrando, portanto, suas aspirações. Por essas e outras razões, o mesmo ocorreu em Santa Catarina, origem de um fluxo remigratório para o Paraná, principalmente para a capital. De forma que um balanço razoável permite supor que mais de cem mil imigrantes instalaram-se nesta região no período enfocado.

A questão dos "vazios" demográficos

Foi nesta época, inclusive pelas migrações internacionais, que o quadro da sociedade paranaense, sintetizado até então na instituição do latifúndio campeiro (2), recebeu o impacto definitivo que aceleraria sua desagregação.

É sabido que, pelo menos nas províncias meridionais, a continuidade do fluxo migratório verificou-se como um *epifenômeno* do processo provocado pelo latifúndio. Com efeito, "na composição de forças existente na época, o imigrante foi chamado, e a imigração incentivada, pela classe dominante que detinha o poder político apenas para substituir o escravo, não para colonizar vazios demográficos" (Balhana *et al.*, 1969a: 351).

Por outro lado, o exame dos discursos oficiais paranaenses permite afirmar que havia uma preocupação populacional, ao menos implícita, na "colonização". De fato, a elite brasileira como um todo supunha que a presença estrangeira e os descendentes que pudessem gerar constituíam importante fator para o povoamento do território e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento da agricultura. Igualmente, deveriam contribuir para a construção de obras públicas; enfim, para o desenvolvimento da economia.

Assim envolvidas, as autoridades paranaenses estavam atentas ao que acontecia inclusive em outros países receptores de imigrantes europeus. Como também fica claro, buscava-se o reflexo especular do modelo americano, apesar da menção eventual a outros países receptores. Em conseqüência, confrontava-se o "alto preço das passagens da Europa para o Brasil comparativamente à diminuta soma porque os colonos conseguem transportar-se de seu país aos estados da União anglo-americana" (RPPPr, 1855:30). Não obstante, o presidente da província advertia num outro relatório "que a colonização americana, que tanto se apregoa, realizou-se após enormes sacrifícios por parte do tesouro e dos particulares" (RPPPr, 1860:61). Alertava, ainda, "que quando os imigrantes se dirigem para a União Americana, Canadá e Austrália, encontram até derribadas feitas, terras destocadas e expostas à venda" (*idem*), sendo esse "um processo já experimentado nos Estados Unidos e que inspira confiança" (RPPPr, 1882:79). A imigração era uma empresa que exigia relativos investimentos, significativos para uma província que acabava de se constituir.

De maneira característica, o discurso era quase sempre ufanista e unilateral. Clamava-se por "encher de população ativa o vasto território da província, onde tudo floresce à força da natureza, onde o colono europeu depara com um clima análogo ao de seu país natal, e onde finalmente a salubridade que tanto o distingue, é título de mais para confiar no futuro que se entreolha" (RPPPr, 1854:62).

Apesar das mudanças assinaladas na política imigratória paranaense no decorrer do último quarto do século XIX, o tema da população parecia ter ainda um peso importante na argumentação oficial. Em 1897, o prefeito de Curitiba, Candido Ferreira de Abreu, protestava que era "preciso cuidar seriamente de aumentar a densidade de nossa população" e per-

guntava-se: “de que nos servem vastos territórios onde imperam despoticamente animais ferozes e servem de passeio temporário ao errante aborígene?” (RPPPr, 1897:8).

Para cumprir os objetivos previstos, os imigrantes deveriam vir em quantidade. Entretanto, a qualidade não deveria ser descuidada. Assim, ao se referir ao grande projeto de instalação de “alemães do Volga” nos Campos Gerais - do qual se seguiu a organização de 26 núcleos coloniais, no final da década de 1870, nos municípios de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa -, o presidente da província chamava a atenção de que o plano envolvia receber

“colonos espontâneos, em busca de nova pátria, não como aventureiros, mas para refúgio e abrigo de seus penares; homens laboriosos e pacíficos com as distintas qualidades da raça a que pertencem, os colonos russos alemães não aportam em nossas praias guiados pela fantasia de colher riquezas imaginárias, mas apenas atraídos pela amenidade de nosso clima e pela fertilidade de nossas terras, trazendo consigo os instrumentos de trabalho e o fruto de suas economias, poderosos recursos com que dentro de pouco tempo poderão multiplicar os seus recursos, em proveito próprio e com grandes vantagens para o país.” (RPPPr, 1878:54)

Além do suprimento à carência populacional, a imigração era considerada “fator étnico de primeira ordem, destinada a tonificar o organismo nacional abastardado por vícios de origem e pelo contato que teve com a escravidão” (Relatório de Miranda Ribeiro, 1888:26). A imputação ao índio e ao negro de máculas raciais na população brasileira destacava-se neste e em muitos outros pronunciamentos oficiais do período, e de certo modo refletia a mentalidade nacional a este respeito.

Batendo nesta tecla, e relacionando os “vícios de origem” a uma tentativa de

dignificar o trabalho, a argumentação ampliava-se. Era apregoado um projeto de colonização com vistas a facilitar “o suprimento de operários e de cultivadores úteis” (RPPPr, 1860:60), a suprir a “escassez de trabalhadores para o serviço nas estradas” (RPPPr, 1855:31). Enfim, apontava-se a necessidade de “promover a imigração de colonos morigerados e laboriosos” (*idem*:21), “hoje que a salutar lei de emancipação dos escravos nos colocou na dependência do braço europeu” (RPPPr, 1875:22).

Imigração de indivíduos “morigerados e laboriosos”, já que era “conhecida de todos a repugnância que mostram para esse serviço os poucos sujeitos capazes de nele empregar-se” (RPPPr, 1855:31). E sobretudo indivíduos úteis para o cultivo, uma questão premente para o Paraná: dever-se-ia promover a continuidade da colonização para “salvarmos a Província do estado de decadência a que chegou sua agricultura” (RPPPr, 1872:65).

Estas constatações, fundadas no discurso oficial registrado nos relatórios principalmente dos presidentes de província do Paraná, levam-nos a algumas conclusões, de teor evidentemente preliminar. Em primeiro lugar, o fato de que o impasse constituído pela ameaça de extinção do sistema escravista permeava o tema da imigração e da colonização. No caso paranaense, é possível que este problema não fosse tão saliente, na medida em que a economia local não estava alicerçada unicamente na mão-de-obra escrava. Contudo, a transição concernente implicava uma transformação cultural a respeito do *trabalho* e, neste sentido sim, adquiria relevo e articulava-se intimamente à problemática da imigração.

Segundo, quanto à lavoura de subsistência, constatava-se uma evidente precariedade nos métodos e no volume da produção de gêneros alimentícios. Em outros termos, a sociedade paranaense continuava a sua aguda e crônica crise

de abastecimento, e para isso ansiava renovar as práticas do trabalho, milagre que, conforme a elite local, só o braço estrangeiro, proprietário e livre, conseguiria.

Finalmente, o Paraná era uma província que recebera sua emancipação política há pouco tempo e que via na ocupação territorial uma forma de garantir seu espaço político. As disputas fronteiriças foram momentos importantes nesse processo, mas não é possível esquecer que se buscava na realidade *resolver uma questão demográfica*; ou seja, o governo do Paraná procurava preencher um modelo de população. Estas considerações nos permitem afirmar que as premissas da Economia Política - onde estava embutida a questão demográfica - já impregnavam o ideário da elite brasileira e orientavam a busca desse modelo.

Mas o discurso liberal assumido no Brasil não poderia desconsiderar nosso passado escravocrata. De fato, a herança escravista calava em profundidade, e a elite era dominada pelo medo. Medo alimentado pela memória dos quilombos, por um certo maniqueísmo desenvolvido em função do legado colonial, onde o cativo, de vítima do sistema, passava a ser o causador de sua violência característica. Tudo isto está na origem e alimentava os preconceitos da minoria branca. Não era só o negro mau, bruto e violento; toda a população mestiça não era confiável e, em decorrência, não tinha condições morais para cumprir os elevados propósitos nacionais de colonização e conquista do território nacional.

Além disso, o negro - representante de um sistema que deveria ser extirpado - era igualmente criticado como culpado do aviltamento do trabalho, inepto às tarefas importantes, tão necessárias naquele momento. O negro, o indígena... os mestiços! Num tom bem afinado com a época, uma testemunha estrangeira depôs com estas palavras:

"Há uma classe como esta em todos os países, extrato inferior da civilização, mais aparente talvez na América do Sul, porque é fácil viver n'nestas plagas ubertosas, e porque as raças mestiças, tão comuns aqui, herdaram os hábitos inertes e descuidadosos de seus antepassados índios e africanos; apenas alguns têm a ambição de erguer-se da vida animal. Augmentaram as listas da população, mas para o estado são verdadeiro zero, não fazendo bem nem mal; quase nada trazem ao mercado e ainda menos levam para casa; vivem ao deus dará, satisfeitos quando têm provisão para um dia e palhoça que os abrigue. Não de desaparecer em grande parte, à medida que da terra se forem apossando gentes mais industriosas; não de submergir-se e morrer diante da onda de imigração européia. Pois que morram! É o único serviço que podem prestar ao país, e a lei inexorável do progresso determinou sua extinção. Não lhes contesto sua felicidade presente, e seu viver pittoresco têm certo encanto, não ha duvida. Também uma árvore morta é pittoresca, mas prefiro a viva." (*apud* Cardoso, 1962:209).

De maneira que, neste prisma, a liberdade era o "ócio", e a única forma de romper com o sistema era promover a entrada do colono estrangeiro. A proposta traduzia-se numa receita para o *progresso*, via introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, capaz de ajudar a apurar e "tonificar" - leia-se branquear - tanto a "raça" brasileira como o trabalho. O contato com o imigrante europeu deveria servir à eliminação das máculas da sociedade brasileira e levar o elemento nacional a produzir. Lembremos ao leitor que a Colônia Assungui, antes citada, na qual o Paraná tanto investiu e em cujo êxito depositava tanta esperança, foi planejada de modo a receber não só estrangeiros de diversas origens, mas também colonos nacionais. Aos olhos dos idealizadores do grande estabelecimento, o contato previsto entre

estrangeiros e nacionais deveria ser salutar.

O sustentáculo do discurso oficial residia em algumas diretivas articuladas. Primeiramente, o povoamento e conquista efetiva do território por uma raça nova e prolífera constituída por famílias de colonos, o que era um objetivo não só de natureza política, mas igualmente militar e estratégica: ocupar, colonizar, significava controlar o país.

Em segundo lugar, mas na mesma ordem de prioridades, a substituição da ordem escravista colonial por um regime de produção fundado no trabalho livre - o que significava substituir e inovar no que dizia respeito à mão-de-obra nacional e de cor. Em outras palavras, racionalizar a produção, permitindo a liberação de capitais imobilizados na escravaria. Idealmente, o que se pretendia era instalar no país um novo padrão e tipo de produção, com novas formas de propriedade. Dessa forma, a imigração européia revelava-se também uma estratégia de povoamento com finalidades de inovação técnica e "industrial", fundamentada no pressuposto da qualidade superior do elemento estrangeiro enquanto "produtor" de trabalho. Por este ângulo, apurar a raça significava também ensinar o nacional a trabalhar.

Em síntese, diretivas que se nos apresentam numa tessitura complexa. Entremeadado ora por uma ênfase na questão populacional, ora pelo realce na renovação das práticas de trabalho (o que deveria libertar o espírito criador), o discurso salientava a chegada do colono imigrante, livre, *morigerado* e *laborioso*, seja para a fazenda de café, vendendo sua força de trabalho (ou para contribuir nas tão necessárias "obras públicas"), seja, como pequeno proprietário, para a ocupação de vazios demográficos e o fornecimento de gêneros de abastecimento de que a população urbana era tão carente.

O refrão entoado repercutiu no Paraná do oitocentos, evidenciando muito

claramente a busca de um branqueamento racial. Realmente, o Paraná trabalhou no paradigma do *darwinismo social*, buscando a integração na "civilidade e no progresso ocidental pela via racial. Num século caracterizado pelo fortalecimento dos nacionalismos, sobretudo pela afirmação de um passado glorioso, o Paraná, como de resto o Brasil, pretendia desenvolver sua coesão política numa projeção para o futuro em que os "vícios de origem" e o contato com a escravidão seriam sanados pela "tonificação do organismo nacional".

Como examinamos, a questão do preenchimento dos vazios demográficos constituiu a ênfase do primeiro período da imigração estrangeira no Brasil. Todavia, queremos grifar, para dar uma conclusão a esta seção, que os indícios refletem uma permanência da problemática enunciada *para além* daquela fase; problemática relativamente imersa em outras questões que justificavam não só a manutenção de uma política imigratória mas, inclusive, um incremento substantivo da imigração. Referimo-nos à necessidade expressa pelo latifúndio monocultor de fazer frente à carência de mão-de-obra anunciada e depois efetivada com a extinção do tráfico negreiro e a abolição gradativa da escravidão. Em outras palavras, nossa hipótese traduz uma certa determinação, ainda no período subsequente ao ciclo introdutório da chegada de estrangeiros no Brasil, da preocupação com o povoamento do território, articulada à substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre. Porque, no fundo, o argumento era o mesmo - aliás, de difícil desvinculação: no início, a proposta de um imigrante branco para tonificar a raça; em seguida, mas entremeadando-se ao tema anterior, o imigrante europeu para tonificar o trabalho e a produção, desvirtuados pela escravidão e, por ricochete, pela população de cor.

Tudo isto parece também indicar, tendo em vista a paisagem descrita, que a mencionada "tonificação do organismo

nacional" ocultava, consciente ou inconscientemente, o desejo sempre recorrente das elites de controlar de forma efetiva não só o país, mas a própria população nacional (Burmester, 1987). Por meio de sua regeneração.

Imigração e família: por uma história demográfica dos contatos culturais

O cenário da imigração paranaense parece ter começado a tomar forma ao entrar o século XIX na sua segunda metade, mas já existia ingresso espontâneo de estrangeiros na cidade de Curitiba havia algum tempo (década de 1830). Como resultado, em 1850 eram contabilizados 153 imigrantes no município, representando 1,7% da população total, e quase 2% dos 7.861 indivíduos de condição livre (Mappa dos habitantes, 1850).

Logo após este censo, imigrantes de origem alemã, oriundos da Colônia Dona Francisca (Joinville), começaram a organizar pequenas chácaras ao longo dos caminhos que partiam de Curitiba, do Bigorilho à Graciosa, ocupando a região noroeste-norte-nordeste da periferia urbana (Heisler, s/d.:69). A nosso ver, é impossível considerar esse movimento remigratório realmente "espontâneo" (Balhana, 1969:6). Por mais que a saída daqueles imigrantes pudesse caracterizar uma espontaneidade, dadas as difíceis condições iniciais no referido núcleo, parece não ter sido simples coincidência o fato de este movimento ter ocorrido justamente após a instalação da província. Além disto, o que é mais significativo para nossa argumentação, existem evidências na correspondência recebida pelos presidentes de província indicando que as autoridades provinciais teriam prometido subsídios para os estrangeiros que aqui quisessem se estabelecer.

A despeito disto, podemos supor que, em face do número de estrangeiros existentes na cidade até então, o número

de remigrados deve ter sido significativo, se considerarmos as informações relatadas pelo diretor da Colônia D. Francisca, em 1855, ao presidente da Província de Santa Catarina. No relatório era comunicado que, no decorrer daquele ano, mais de 280 imigrantes haviam abandonado a região de Joinville, tomando a direção do planalto curitibano (Balhana, 1969:7).

O recrudescimento da imigração a partir de 1870 traduziu-se, no Paraná, por um ambicioso programa governamental que visava instalar núcleos coloniais em volta de centros urbanos, com o objetivo precípuo de resolver de uma vez a questão da carência de gêneros de abastecimento. O planejamento realizado resultou na organização de núcleos distanciados entre si mais ou menos de 2 a 8 km em cada município (Paranaguá, Morretes, Antonina, São José dos Pinhais, Campo Largo, Araucária e, principalmente, Curitiba); do mesmo modo, localizavam-se num raio que variava em torno de 2 a 30 km do centro urbano dos municípios (Balhana *et al.*, 1969b:168). Em termos de efetivos populacionais, cerca de 9.100 estrangeiros foram instalados pelo programa, dos quais 6.900 (ou seja, 76%) no planalto curitibano - 4 mil no município da capital, representando 44% do total mencionado (*idem*:164-167). Compreendendo grupos alemães, italianos, poloneses e, em menor escala, franceses, suíços e ingleses, a maioria destes núcleos são hoje bairros em Curitiba, muitos deles mantendo o antigo nome: Pilarzinho, Abranches, Santa Cândida, Órleans, Santa Felicidade, e assim por diante.

A importância de Curitiba neste projeto não residiu somente no número de imigrantes alojados no domínio do seu município, mas no relativo êxito deste empreendimento. Este fato teria animado as autoridades provinciais a continuar a estendê-lo, com destaque a empreendimentos nos Campos Gerais - os já aludidos russos alemães -, responsáveis pelo assentamento de um total aproximado de 3 mil indivíduos, distribuídos em 26 nú-

cleos. Da mesma maneira, é necessário mencionar ainda outras colônias organizadas no litoral e mais para o sul do Paraná (790 e 47 mil indivíduos, respectivamente). Aí, porém, a história foi diferente, pois poucos foram os resultados satisfatórios.

Devemos salientar que os bons resultados das primeiras colônias também estimularam um relativo afluxo de remigrantes oriundos de várias regiões paranaenses e até de outras províncias. Estes elementos teriam se dispersado pelas colônias já estabelecidas, ou formaram colônias particulares, ou mesmo ingressaram em atividades tipicamente urbanas (Balhana *et al.*, 1969b).

Podemos imaginar o impacto causado por este volume de colonos estrangeiros e remigrantes na sociedade tradicional, mesmo descontando o fato de que grande parte deles não estivesse permanentemente em contato direto com a população autóctone. Em 1872 a população curitibana somava 11.730 habitantes, de acordo com o primeiro recenseamento nacional realizado pelo Império. O segundo censo foi realizado pela República, em 1890, registrando 24.553 indivíduos para a capital paranaense (Martins, 1941:94-95). Sem nenhum cálculo, poderíamos supor grosseiramente um número em torno de 15 mil pessoas vivendo no município no final da década de 1880. Retomando as cifras antes mencionadas a respeito da colonização em torno de Curitiba, teríamos nesta conjuntura, se nossa ordem de grandeza estiver relativamente bem estimada, 25 a 30% da população curitibana constituída de estrangeiros. Mais, talvez, pois não contamos aqui o número de remigrantes - estes sim, espontâneos -, difícil de calcular, pois que não deixaram traços em qualquer forma de registro. Isso, no momento (1878) em que se finalizava o que poderíamos denominar de primeira etapa da colonização da província. Sem dúvida, de um quarto a um terço da população, mesmo num convívio parcial com a maioria de origem

"luso-brasileira", formavam uma proporção considerável.

Este impacto voltou-se contra o próprio imigrante, ainda porque, considerado estrangeiro, ele mesmo deveria sentir-se estranho inserido no ambiente novo, muitas vezes hostil. De forma que não carece de nenhuma evidência empírica aceitar o fato de que as relações que o imigrante estabeleceu com a sociedade receptora tiveram como fundamento a *diferença*. Por conseguinte, a construção - ou "reconstrução" - das identidades dos grupos populacionais envolvidos no processo deve ser compreendida na sua historicidade, ou seja, considerando a multiplicidade das culturas em contato no interior de um espaço ocupado antes pelas comunidades tradicionais locais, extremamente hierarquizadas e, de modo geral, centradas no "eixo" senhor-escravo.

Esta foi a circunstância em que se desenvolveu uma "cultura imigrante" no Brasil Meridional, constituída em função da resposta dada pelo estrangeiro às expectativas manifestadas pela sociedade brasileira - ou, no principal, pelas suas elites. É evidente: esta cultura imigrante, estas comunidades étnicas, formaram-se igualmente como um repto às próprias esperanças criadas pelos imigrantes, abstraídas as diferenças culturais que acorrentavam de modo diferente os migrantes aos seus antepassados europeus e, também, as dessemelhanças nos fatores diversos que agiram e levaram aqueles indivíduos a emigrar. No fundo, as diversas e variadas identidades construíram-se historicamente como defesa à própria sobrevivência do imigrante e seus descendentes. E, podemos igualmente aventar, como *sistemas de aprendizado* inconscientemente construídos e destinados à melhor integração dos estrangeiros ao meio em que foram inseridos.

E, assim, a autopreservação e a integração constituir-se-iam nas duas variáveis fundamentais que poderiam explicar todo o processo de formação dos grupos étnicos, *culturas em contato*. No Pa-

raná, alemães, italianos, poloneses, ucranianos..., para só citar aqueles segmentos que, lançando âncora na maré do século passado, foram mais representativos. Colorido pelas suas especificidades, cada grupo constituiu-se edificando e/ou reedificando suas histórias, seus mitos e folclores. Mantiveram-se atados desta forma às sociedades "emissoras" durante mais de uma geração, por meio da forja de *correntes sociais* (Halbwachs, 1941:100). Este fato era realimentado não só pela continuidade dos fluxos migratórios, mas também pela fixação de outros liames físicos, intelectuais e espirituais.

Em conseqüência, eram os elementos de conservação que propiciavam uma certa unidade social "acompanhada por uma consciência comum e por uma certa coesão na acção" (Golfín, 1973:94). Consciência comum etnicamente engendrada; conduta coletiva em parte determinada pela solidariedade fundada num mesmo estado de espírito originado da corrente estabelecida (Halbwachs, 1941). Ao continuarem socialmente integrados na referida corrente, numa unidade dotada de *certa duração* (Birou, 1973:180) - ou seja, ao continuarem como *imigrantes* -, permaneciam os vínculos característicos do grupo social. Cabe observar que manter-se imigrante por mais de uma geração, dependendo das circunstâncias em jogo, significava que os filhos dos estrangeiros, enquanto membros do grupo, também eram considerados ou se consideravam "imigrantes". Era desta forma que se mantinham acesos, vivos e idealizados os laços com uma mãe-pátria igualmente (re)construída.

As diversas histórias passíveis de ser conhecidas devem considerar, entre vários exemplos, aqui, as especificidades de um grupo germânico que se localizou paulatinamente na cidade, solidificando-se em função do próprio contato e inserido numa sociedade em franco processo de urbanização; ali, originalidades defini-

das pela "italianidade" e "polonidade" construídas em colônias instaladas na periferia da cidade; mais acolá, escapando um pouco à influência dos mercados urbanos, um "paraíso das delícias" edificado pelos ucranianos (Andreazza, 1992). Portanto, histórias que devem considerar os ritmos temporais da edificação étnica, "comunitária", combinados com as cadências definidoras da história social paranaense. Queremos crer que as temporalidades formadas pelas contradições inerentes aos contatos culturais, no interior de um quadro de longa duração, articulavam em níveis diversos, de um lado, forças comunitárias, "centrípetas", agregadoras, e de outro, forças "centrífugas" e "societárias", impostas pelo desenvolvimento das relações sociais numa cidade que se modernizava e cujos habitantes adequavam-se de modo gradativo ao mercado.

Logo, o imigrante poderia ser encontrado no grupo étnico, como também na Igreja. Via de regra, a instituição religiosa estava estreitamente vinculada não só ao cotidiano do imigrante e seus descendentes, mas à própria etnicidade.

Examinemos o caso exemplar dos alemães em Curitiba, cuja maioria professava a fé luterana. Grande parte deles passou, ao menos uma vez, pelos registros da Paróquia, quer tenham sido protestantes, quer católicos. Parcela significativa teve sua vida registrada na Igreja organizada, ao ser batizado, por ocasião do casamento e no momento da morte.

O conveniente arranjo das informações obtidas nestes registros permitiu que fosse realizada a reconstituição de centenas de famílias, detectando-se, em conseqüência, milhares de indivíduos que se congregaram mais ou menos intensamente às comunidades evangélicas (Nadalin, 1978), ou à Igreja Católica (Ranzi, 1993). A formação dos núcleos familiares constituídos pelos casais de origem germânica e seus filhos em Curitiba tem indicado que, acima das querelas e distinções de ordem religiosa, ci-

mentava-se a união dos membros do grupo num só destino étnico. O seu elo era constituído pelo *Deutschtum*, pela "germanidade".

Um exame preliminar das famílias cujos traços foram recuperados por meio dos registros paroquiais luteranos permitiu verificar que, sob o rótulo genérico de "alemães", incluía-se entre os membros da Deutsche Evangelische Gemeinde, em Curitiba, um leque bastante diversificado de origens regionais, principalmente - mas não só - na primeira geração de imigrantes. Na fase "pioneira" da história desta paróquia os estrangeiros foram naturalmente preponderantes: eram prussianos, posnanianos, silesianos, pomeranos, hanoverianos, hamburgueses, renanos, suíços; alguns eram naturais do Schleswig-Holstein, outros do Mecklenburgo, da Saxônia, Turíngia, Westfália, Alsácia-Lorena etc. Foram encontrados até alguns bávaros e austríacos (Nadalin, 1975:122), católicos por tradição. As diferenças seriam ainda mais pronunciadas se contássemos as complexas distinções culturais (Willems, 1980:28-40) e dos dialetos locais; mais ainda se considerássemos as proveniências distintas do campo e da cidade e, enfim, a heterogeneidade dos fatores que explicam o decurso da emigração no tempo.

Visto desta forma, as diferenças passam a ser tantas que parece impossível agregar os imigrantes numa perspectiva generalizante. No entanto, tudo indica que os contrastes teriam sido aparados na práxis da construção da identidade étnica - e aqui estariam as condições para a referida generalização: numa perspectiva macro, estaríamos autorizados a visualizar um grupo social cuja "coesão na ação" amalgamou gradativamente o amplo leque das diversidades regionais.

Os anos que aparentemente cobrem a primeira geração do elemento germânico inserido na sociedade do planalto curitibano constituíram-se numa conjuntura distinta; do ponto de vista cul-

tural, nossa hipótese é de que era máxima a "resistência" e, portanto, mínimas as "interferências" da sociedade de acolhida (Rudnickyj, 1964). Para sermos consistentes, temos de supor, aduzindo, que este primeiro período da história do grupo teria sido caracterizado pela elaboração de um novo conhecimento, sob o impacto e conseqüente retraimento dos seus membros em face da nova realidade que se lhes apresentava. Este *aprendizado* seria igualmente marcado pela necessidade de se autoconhecerem e de eliminarem barreiras construídas pela herança de suas culturas originais.

No desenvolvimento dos contatos, a marginalização inicial foi ultrapassada, abrindo-se os imigrantes à maior interferência cultural da sociedade paranaense e, em função disto, elaborando uma nova identidade étnica. Consolidada sua identidade, contudo, o grupo manteve um comportamento endogâmico, observado principalmente na escolha do cônjuge. A manutenção desta endogamia - reforçando a identidade étnica - foi possível graças ao crescimento vegetativo do próprio grupo e também à manutenção do fluxo migratório da Alemanha. Por outro lado, à medida que, desde o século passado, diminuía a importância dos estrangeiros para o crescimento do grupo, a remigração articulava-se a uma atividade cada vez mais intensa de migrações internas, cujo raio de abrangência incluía o Rio Grande do Sul, São Paulo, mas principalmente Santa Catarina.

A associação e disposição dos dados coletados nas fichas de família permitiram que chegássemos a algumas constatações a respeito da fecundidade no referido agrupamento étnico (Nadalin, 1978; Bideau e Nadalin, 1988). Os casais que iniciaram a vida matrimonial na comunidade luterana foram agrupados em três coortes, ou seja, em três subgrupos de histórias de famílias, distanciados entre si por mais ou menos uma geração. Para cada uma destas unidades foram obtidas as descendências finais ou com-

pletas, calculadas a partir das taxas de fecundidade. Àquelas famílias cujos ciclos nupciais iniciaram-se entre 1866 (ano em que começaram os registros na comunidade) e 1894 foram contabilizados de seis a sete filhos em média, enquanto durou o período de fecundidade da mulher, ou enquanto o casal deliberadamente se expôs ao risco da concepção (ou ainda, finalmente, enquanto durou a união). O grupo subsequente, cujas famílias foram constituídas entre 1895 e 1919, nas mesmas condições gerou um número menor de filhos, quatro a cinco por casal, também em termos médios. Finalizando, para o último subgrupo - casais formados entre 1920 e 1939 - foi observado um número médio em torno de dois a três filhos nascidos vivos, o que permite supor uma queda significativa da fecundidade, principalmente no período entreguerras.

Estas observações indicam que o número de crianças nascidas no seio das famílias formadas durante a segunda metade do século XIX ajudou especialmente a garantir o grande crescimento da comunidade étnica. A diminuição da fecundidade de uma coorte a outra explica, por sua vez, a queda no crescimento natural do grupo durante o século XX, sobretudo a partir da década de 1920. Tal fato foi compensado pelo grande afluxo de novos imigrantes de origem alemã no mesmo período; com efeito, entre 1920 e 1939 a imigração alemã bateu todos os recordes, em números absolutos, alcançados no século anterior.

A fecundidade diminuiu de um subgrupo a outro. E daí? Este tipo de constatação não é importante em si mesma, pois é consistente com o que se observou em centenas de casos, independentemente da época considerada e das culturas e categorias sociais envolvidas. Nesse sentido, portanto, o trajeto trilhado pelo grupo de imigrantes alemães e seus descendentes em Curitiba de 1866 a 1939 não foi muito diferente daquele percorrido pelas populações em

geral, no caminho para a modernidade, ainda que a cronologia possa variar quando se estuda um ou outro grupo populacional (destacado seja por suas características étnicas, sócio-econômicas, regionais etc., conforme o interesse da análise).

O que importa, realmente, é que a referida trilha consistiu na experiência única e original de um determinado grupo social; uma realidade caracterizada pela dinâmica dos contatos culturais, combinada com a complexificação das relações sociais intra e interétnicas oriunda da urbanização. É neste quadro de transformações que devemos situar a diminuição da fecundidade observada. Assim entendemos o amplo espectro de modificações que implicaram a alteração da estrutura da família no Ocidente (Shorter, 1977).

Poderíamos dizer mais: na medida em que se caracterizou toda uma complicada rede de relações e contatos étnicos, com combinações diferentes conforme os cortes sincrônicos estabelecidos no tempo, a utilização da perspectiva demográfica poderia dar um sentido ao caos aparente da realidade. Dito em outros termos, as relações a serem estabelecidas a partir dos comportamentos reprodutivos no grupo colocam-nos algo a explicar e a compreender.

Pois, de fato - e completando uma observação anterior -, o "imigrante alemão" poderia ser encontrado na Igreja, e do mesmo modo na escola, congregado em associações de canto, de ginástica, de tiro, mas, principalmente, na "família" e constituindo unidades domésticas. A Igreja Luterana, um associativismo típico, as instituições fundadas e organizadas pelos imigrantes alimentavam a consciência étnica; porém, era basicamente na unidade familiar que o grupo se reproduzia.

É preciso enfatizar, ainda, que a organização social característica do grupo estava estreitamente vinculada tanto ao dinamismo das atividades urbanas - o

que tornaria pertinente, de igual modo, uma leitura "de classe" - quanto às relações étnicas estabelecidas. Esta íntima associação intervinha na recriação da unidade doméstica e nos laços de parentesco estabelecidos. De modo que a conseqüente estrutura social no interior do grupo interferia nas escolhas matrimoniais, na divisão do trabalho, definindo os diversos papéis no interior do domicílio e, mais amplamente, na família.

Assim é que, também extrapolando muitas vezes a casa e a unidade conjugal, as relações sociais reproduziam-se no microcosmo da trama estabelecida entre as ligações de amizade, de compadrio, de vizinhança, de clientelismo e porventura outras construídas no interior do grupo a partir da unidade familiar. Tais conexões estavam fundadas na possibilidade de uma ampla definição de parentesco, e nem sempre se restringiam às relações consanguíneas e afins. Esta é uma probabilidade que gostaríamos de avariar no quadro que estamos definindo, característica de muitas sociedades tradicionais; possibilidade muito mais afeita à família como uma "idéia" do que como categoria concreta na organização social (Anderson, 1984:37-64).

Quando reconstituímos famílias em acordo com técnicas da Demografia Histórica, partimos do cerne demográfico, seu núcleo reprodutivo, ou seja, o casal e seus filhos. Ora, considerando-se a premissa de que a reprodução de uma população é parte substantiva de sua própria reprodução social, o "imigrante", enquanto membro da comunidade étnica, não só reproduzia a si mesmo nos seus filhos. Mais do que isso, recriava, pela reprodução biológica, parcela das gerações sucessivas que compuseram o agrupamento social na sua duração e, nos seus alicerces, a *matéria demográfica* tanto do grupo como de uma determinada visão de mundo - etnicamente reconstruída, repetimos.

Em conseqüência, este quadro deve se constituir no cenário necessário

para que possamos explicar os comportamentos demográficos dos homens e mulheres que são nosso objeto. Para fazer isso, teremos de ampliar um pouco as constatações anteriores, articulando as taxas de fecundidade com a idade média da mãe ao casar e ao dar à luz o último filho.

Os dados quantitativos já apresentados, que pretendiam expressar a evolução global da fecundidade em termos da descendência final gerada por uma parcela dos casais do grupo - que acreditamos ser representativa -, revelam muito mal a complexidade da análise. Cabe, pois, determo-nos um pouco mais sobre a questão, tendo em mente que a apresentação pretendida a seguir constitui um breve resumo de análises demográficas já realizadas (Bideau e Nadalin, 1988).

O número de crianças nascidas em cada mil mulheres, em função da idade da mulher por ocasião da maternidade, pode ser traduzido graficamente em curvas, cujo desenho expressa um comportamento reprodutivo "médio", para cada um dos conjuntos de casais agrupados nas três coortes antes referidas. Assim, os traços concernentes às taxas de fecundidade do primeiro subgrupo de famílias (casamentos de 1866 a 1894) apresentam uma forma convexa, própria de populações que não limitam voluntariamente a prole. Esta convexidade revela histórias de mães que, no decurso dos anos, tiveram sua fecundidade diminuída gradual e "naturalmente", até uma idade média de 38,6 anos. Grande parte destas mulheres, portanto, utilizou praticamente todo o ciclo de vida fértil para constituir suas descendências (6,8 filhos, em média).

Nos dois subgrupos seguintes (1896-1919 e 1920-1939), a ruptura com o padrão apresentado na primeira coorte é evidente, não só pela diminuição continuada da fecundidade (4,6 e 2,6 filhos, respectivamente). Estas diferenças traduzem-se na redução dos níveis das curvas e, o que é talvez mais significativo, na

concavidade delineada pelos seus traços. Na segunda coorte, observa-se com uma certa clareza que, uma vez atingida a descendência desejada pelos casais observados, estes começaram a utilizar o que os demógrafos chamariam de freios contraceptivos. No último grupo de casais da comunidade étnica as evidências parecem indicar comportamentos de controle da prole desde o início do casamento, o que explicaria a tendência a uma descendência mais débil, estimada em torno de duas a três crianças.

A utilização de métodos contraceptivos revela-se, outrossim, pela diminuição da idade média em que as mulheres tiveram seus últimos filhos. Aqui também visualiza-se a ruptura: de 38,6 anos na primeira coorte para 34,6 anos na segunda (3).

É interessante ainda anotar, pelo seu significado, que estas mudanças foram acompanhadas por transformações na nupcialidade. Assim, a idade média com que as mulheres se casavam pela primeira vez aumentou de um período de casamento a outro, expressando-se nas médias de 21,1, 21,9 e 23,1 anos, respectivamente. Em outras palavras: do primeiro para o terceiro subgrupo, as jovens da comunidade retardaram dois anos em média o casamento. De modo que o decréscimo da fecundidade revelava-se também no encurtamento das histórias maternas: na primeira coorte as mulheres atingiam sua descendência final ao cabo de 17,5 anos, em termos médios; nas coortes seguintes estes ciclos diminuíram substancialmente, para 12,7 e 11,5 anos - a média para este último período foi estimada supondo-se, simplesmente, que a última maternidade manteve-se no mesmo patamar do segundo para o terceiro grupo, o que não deve ser o caso.

Assim, os estudos sobre a fecundidade entre os alemães e descendentes em Curitiba entre os anos de 1866 e 1939 permitiram colocar em evidência um primeiro subgrupo de famílias: eram em sua maioria casais de imigrantes, constituí-

dos a partir de casamentos realizados na paróquia no período compreendido entre a fundação da comunidade luterana e o crepúsculo do século passado. Os dados obtidos a partir da associação de suas fichas de reconstituição de família assinalam que estes casais não se utilizaram da contracepção durante o período fértil, ou reprodutivo, de suas histórias matrimoniais. Talvez fosse melhor dizer uma parcela significativa dos casais observados, pois não está fora de questão supor que, no subgrupo considerado, uma fração utilizava-se de forma difusa, ou talvez mesmo bem disseminada, de métodos que visavam impedir a concepção, ou até interromper a gestação.

Estas análises salientaram que as famílias pioneiras parecem ter mantido um comportamento reprodutivo semelhante ao de seus pais e avós, se valer a generalização realizada a partir de estatísticas relativas a alguns estados alemães (Ministère du Travail et de la Prévoyance Sociale, 1907:209). Numa comparação da fecundidade, colocado o traço de uma curva sobre o de outra, observou-se que as mesmas são coerentes, isto é, que existem semelhanças nos seus níveis e no seu traçado, relativamente convexo (Nadalin, 1978:310; Bideau e Nadalin, 1988). Trata-se, naturalmente, de uma constatação provisória, pois está fundada na hipótese de que as gerações das mulheres alemãs observadas de uma forma agregada no período anotado de 1876 a 1880 mantiveram um comportamento demográfico no mínimo parecido.

Entretanto, tal não aconteceu com o início da idade reprodutiva. De fato, os rapazes e moças do grupo casavam-se em média mais cedo do que seus contemporâneos que não emigraram. Referimo-nos às mulheres em especial: aqui, em torno dos 21 anos; lá, entre os 26 e 27, se pudermos generalizar algumas estatísticas elaboradas pelo Estado prussiano (Ministère du Travail et de la Prévoyance Sociale, 1907). Ou seja, *uma diferença*

beirando aproximadamente cinco anos e meio!

As médias exemplificadas para a Alemanha eram relativamente consistentes com o chamado padrão ocidental de casamentos, baseado em idades tardias tanto para os homens como para as mulheres. Por outro lado, ao iniciarem seus ciclos matrimoniais em Curitiba, tanto imigrantes de origem germânica como alguns dos seus descendentes, todos pertencentes ao primeiro subgrupo em análise, aproximavam-se de um padrão brasileiro de início da vida reprodutiva.

É muito provável que a antecipação da idade ao casar tenha refletido uma mudança na articulação terra e demografia, fruto da migração. Parece que tal relação, no caso curitibano, estava ligada à concessão gratuita de terras aos colonos estrangeiros na periferia da cidade, o que teria facilitado o estabelecimento, pelos jovens, de um domicílio próprio. Em todo o caso, as explicações encontram-se em aberto, e poderíamos até nos perguntar em que medida a situação de pioneirismo, articulada às dificuldades iniciais de instalação, não teria levado os pais a incentivar um casamento mais precoce para os seus filhos.

As histórias de vida que se desenvolveram já no século XX, concernentes às famílias formadas, na maioria, por cônjuges "teuto-brasileiros", assinalaram uma dupla revolução comportamental em relação à coorte precedente: uma, malthusiana, traduzida no adiamento da idade ao casar, e uma outra, neomalthusiana, manifesta no emprego de métodos contraceptivos (Macfarlane, 1990:45). A questão que nos envolve, a partir destas constatações empíricas, implica a tentativa de saber *por que e como* tais mudanças ocorreram na comunidade, considerando-se o quadro teórico da construção de uma identidade étnica inserida num processo de urbanização. Questão complexa, uma vez que carecemos de fontes documentais que permitam invadir tão francamente a intimidade destes casais.

A única forma de tentar resolver o problema baseia-se numa metodologia de teatamentos sucessivos, a partir das cifras calculadas, e fundamentada em alguns sistemas teóricos já conhecidos.

Neste sentido, seríamos tentados, numa primeira aproximação, a linearizar a análise com base num esquema já clássico da transição demográfica. As primeiras explicações que pretendiam dar conta deste processo alicerçavam-se na idéia de que a fecundidade teria cedido em função da queda da mortalidade (principalmente a infantil). Portanto, as razões da transição deveriam ser buscadas numa única causação, ou seja, na melhoria das condições de saúde pública e do saber médico.

É evidente que o fator mortalidade e morbidade não deve ser desdenhado, uma vez que este fenômeno efetivamente ocorreu durante o século XIX. No caso brasileiro, em especial, deve ter começado a diminuir por volta da passagem do século, podendo ter se refletido no grupo em questão. De fato, algumas análises permitem aventar a hipótese, ainda muito preliminar, de uma situação privilegiada da comunidade neste sentido (Macedo, Burmester e Nadalin, 1984).

Entretanto, não abstraído a explicação pela mortalidade, cremos que deveríamos escapar às modelizações que tendem a ser um tanto mecanicistas, dada a complexidade da realidade social. A maioria dos autores tem concordado com a necessidade de se estudar de forma especial o casamento e a fecundidade como variáveis intervenientes no processo global da transição demográfica (Macfarlane, 1990:34-62). O início da idade reprodutiva e a fecundidade, antes de serem fenômenos puramente biológicos, constituem-se em manifestações culturais.

Assim sendo, apelariamos para a dicotomia já amplamente conhecida, que opõe às estruturas familiares típicas das sociedades tradicionais camponesas a família nuclear, individualizada, caracte-

ística das sociedades ocidentais ou, num sentido mais amplo, da modernidade. Mesmo sendo adequada aos nossos propósitos, a perspectiva de análise embutida corre ainda o risco de uma absolutização da linearidade. Desta forma, teremos de cuidar para, ao evitar cair numa armadilha, não tropeçarmos em outra.

Como se apresentariam tais ciladas metodológicas? Primeiramente, enquanto ilusão de uma sincronia absoluta na alteração dos comportamentos, obscurecendo, na História, a convivência contraditória do moderno com o tradicional. De outra parte, o historiador que trabalha com métodos quantitativos deve ter consciência de seus limites. Não obstante o rigor que as técnicas particulares permitem ao pesquisador, ele deve ter presente que os dados obtidos também dissimulam contradições.

Neste aspecto, é sintomático que as famílias alemãs do subgrupo pioneiro revelassem, a partir da distribuição dos filhos gerados, um certo equilíbrio entre o número de famílias pequenas, médias e grandes - respectivamente, de dois a quatro, cinco a sete, e oito a dez filhos -, o que ficou sintetizado numa média de seis crianças nascidas, e numa moda de sete filhos (Nadalin, 1978:322-323).

Portanto, conhecendo as fronteiras, a articulação das cifras com modelos teóricos - mesmo lineares - constitui-se em *démarche* extremamente fértil para a problematização da realidade. Assim, é possível perceber na coorte em evidência uma tônica de comportamentos demográficos representativos, fornecidos por um certo tipo de famílias, provavelmente de origem camponesa. Como resultado, a hipótese de que sobre as diferenças deve pairar uma certa homogeneidade - indicada pelas variáveis relativas à fecundidade - deve ser adequada para tentar-mos entender, no geral, o processo.

Isto posto, pensamos que deveríamos agora buscar caracterizar melhor o subgrupo pioneiro, para daí tentarmos

perseguir a trajetória das famílias subsequentes.

No que concerne a este grupo, temos a firme crença de que, sob as cifras apresentadas, revelava-se uma sociabilidade do tipo tradicional, ao menos para a maioria das famílias. Uma natalidade relativamente alta, o predomínio substantivo de famílias grandes, evidenciavam atitudes camponesas dos imigrantes em relação ao casamento, à mulher e esposa, aos filhos.... Para os chacareiros alemães que se instalaram em Curitiba no terceiro quartel do século XIX, uma criança era um "bem útil a ser produzido". Pois, instaurando na periferia da capital paranaense um sistema doméstico de produção, o tamanho da prole era fundamental para a sobrevivência do colono; constituíam os filhos um investimento necessário e lucrativo, no sentido de que não pretendiam somente produzir para a própria subsistência, mas para criar excedentes a serem colocados à disposição do mercado urbano. Referimo-nos à criação de pequenos animais, produção de laticínios e hortigranjeira.

As crianças nascidas num mundo onde esses mecanismos se enquadravam eram via de regra legitimadas pelo casamento - ou, excepcionalmente, por uma união estável de caráter consensual. Neste contexto, pode-se afirmar que não passava pela cabeça desses imigrantes o controle da natalidade. No universo mental camponês, bem aproveitar a fertilidade de uma união significava vantagens sociais e econômicas e, numa relação de reciprocidade, amparo na velhice.

Na Europa, parece-nos que estas características tendiam a desfazer-se; a história da família havia tempo já descontinua a prática do casamento tardio, muito de acordo com as exigências do mundo do trabalho. Pai-mãe-filhos configuravam um modelo que se disseminava, traduzindo um processo de independização e privatização do cotidiano familiar, embora se mantivesse alta a fecundidade, como vimos, indicando a ausência relati-

va de comportamentos neomalthusianos. Na perspectiva da natalidade, estas alterações espelhavam mecanismos flexíveis da fecundidade, regulados pela nupcialidade (Bideau, 1984:50-56). Estamos tratando de um processo de periodização difícil, embora seus indicadores se inscrevam na longa duração. De qualquer forma, antes mesmo de Malthus, os camponeses da cristandade ocidental já tentavam escapar às barreiras da miséria retardando a união matrimonial ou mesmo - solução extrema - optando pelo celibato definitivo.

Na medida em que a emigração significou a superação de uma série de obstáculos apontados por Malthus, podemos nos perguntar até que ponto isto não significou também a possibilidade da emergência de outro modelo familiar no país de acolhida.

Referimo-nos ao caso concreto e muito especial do subgrupo de imigrantes alemães pioneiros em Curitiba, cujo início da história familiar ocorreu no interior do enclave. O adiantamento da idade do primeiro casamento e a manutenção de uma fecundidade relativamente alta poderiam responder aos traumas, medos e anseios da migração e, principalmente, ao choque cultural característico da fase marginal. Tal comportamento demonstraria, mais uma vez, a flexibilidade dos regimes demográficos não só em relação à economia, como mostram alguns autores, mas também em relação às condições socioculturais de existência.

Num sistema camponês herdado, no qual se inseria a maioria dos remigrantes e imigrantes que se localizaram no planalto curitibano, os estímulos à nupcialidade e à maternidade afluíam na medida em que não houvesse obstáculos. A facilidade de acesso à terra e a promessa de um mercado para a colocação dos produtos excedentes da subsistência combinavam-se com as exigências herdadas de definição de um *status* social fundado na projeção de uma família grande no seio da comunidade. Este

status harmonizava-se, outrossim, com uma tradição de masculinidade que se revelava no direito a uma esposa fértil e a muitos filhos - isto era tudo o que um homem podia desejar, sua satisfação, honra e riqueza. Na outra face da moeda, a feminilidade tradicional, camponesa, harmonizava-se com a fertilidade da mulher.

De modo que, num tal ambiente, não é difícil entendermos a elevada frequência de concepções pré-nupciais neste primeiro grupo de casamentos (1866-1894). Estas eram práticas correntes ainda na segunda metade do século passado, pelo menos em algumas regiões da Alemanha (Shorter, 1973). Da totalidade dos casais que permaneceram na comunidade até pelo menos o nascimento do primeiro filho, verificamos que, em cada dez noivas observadas, pelo menos duas (21,3%) não tinham direito ao véu e à grinalda quando subiram ao altar. Provavelmente outras tantas, pois ao comparar a fecundidade das famílias cujo intervalo entre o casamento e o primeiro nascimento era maior que oito meses com o subgrupo de casais com intervalo menor - configurando uma concepção pré-matrimonial -, observamos que a fecundidade deste segundo subgrupo era mais elevada, para o conjunto dos grupos de idade. Tal observação permitiu concluir que, além das noivas grávidas ou já mães no primeiro casamento, deveria haver um certo número de mulheres, difícil de estimar mas provavelmente representativo, que perderam sua virgindade antes das núpcias porém não foram flagradas por uma concepção (Bideau e Nadalin, 1990:140) (4).

Além destes, na prática um entre dez casais (8,5%, calculados), senão mais, comprovadamente viveu em união consensual durante um certo tempo antes do casamento, união da qual resultou pelo menos o nascimento de um filho antes das núpcias - "ilegítimo" aos olhos da Igreja e da Lei. Outros tantos, não sabemos quantos, nunca se casaram. Os

registros, com raras exceções, são lacônicos a respeito - e devemos nos perguntar se este laconismo devia-se à desimportância dada pela comunidade a estas ocorrências, ou simplesmente à ausência de casos.

Parece-nos, pois, que mais forte do que as regras formais eram os costumes herdados, a perpetuação de traços culturais germânicos e camponeses entre estes imigrantes e filhos de estrangeiros (Nadalin, 1988:70). As tradicionais comunidades aldeãs sabiam controlar as relações entre os rapazes e as moças sob o manto de instituições costumeiras. Algumas dessas instituições, que poderíamos generalizar como "cortes noturnas" (Shorter, 1977:129-130), tinham designações locais, variando em função da terminologia específica e dos dialetos. Além dos termos regionais, existiam ainda os substantivos *Probenacht* (noite de prova), *Komnacht* (noite da vinda), *Kiltgang* (visita noturna a uma jovem), e *Gasselgang* (Willems, 1980:304), relacionados a costumes que regulavam as visitas realizadas pelos jovens aos quartos de dormir das moças da aldeia (5).

O que temos diante de nós são instituições que, além de garantirem a cada jovem da comunidade o conhecimento do "mercado matrimonial", regulavam ainda os contatos e relações sexuais entre os solteiros da aldeia. Paralelamente a estas funções, parece-nos que, de uma maneira ou outra, o que também estava em causa era a capacidade dos jovens de procriar. Na prática, a mulher era mais visada: as noites de prova deveriam continuar "até que ambas as partes se convenceram da recíproca aptidão física para o matrimônio ou a moça se tornou grávida. Só depois o camponês a pede em casamento, e o noivado e casamento seguem rapidamente". Num tal sistema, era evidentemente muito raro um rapaz abandonar a moça grávida. Por outro lado, era muito comum "ambos desistirem das suas relações depois de primeira ou segunda noite de prova. A moça não

corre o risco de adquirir má reputação, pois dentro em breve aparece outro rapaz disposto a reencetar o romance". O valor atribuído à virgindade feminina era restrito, não sofrendo a reputação das moças e dos rapazes com a prática do costume em si, "mas sim com a repetição infrutífera das noites de prova com indivíduos diversos". Na verdade, comprovando o apreço do camponês pela fertilidade feminina, à moça grávida era atribuído mais valor do que àquela que tinha de provar ainda a sua capacidade de procriar (6). Devemos dizer, talvez melhor: apreço pela fertilidade do casal, pois o que nos parece claro é que tal comportamento, talvez bastante livre aos nossos maliciosos olhos, circunscrevia-se no quadro da família. Não era proibido ao camponês tomar certas liberdades com o sexo oposto, sob a supervisão da comunidade; todavia, o ato sexual estaria condicionado às promessas de casamento. De fato, para os casos observados, à gravidez ou ao nascimento "irregular" sempre se seguiu o matrimônio. Isto se confirma uma vez que, neste grupo, a ilegitimidade estrito senso, configurada pela ausência da menção do pai no registro do batismo, praticamente nunca foi maior do que um caso para cada cem nascimentos. De modo inverso, na sociedade receptora, de origem luso-brasileira, os filhos bastardos alcançavam uma frequência de 20,7% a 24,1% entre 1851 e 1880, sendo reduzidas, pelas indicações que temos, as concepções pré-nupciais (Miranda, 1978:142-143; Valle, 1983).

Queremos enfatizar uma indicação de comportamentos originais *vis-à-vis* a família manifestados pelo grupo. É evidente que laços culturais não se rompiam com facilidade. Nesta perspectiva, constatamos a manutenção de uma prole numerosa e de comportamentos concernentes à sexualidade caracteristicamente camponeses. Talvez pudéssemos acrescentar que também a endogamia e uma economia "moral" definiam um horizonte para a maior parte dos membros da

comunidade imigrante, na medida em que faziam parte do mundo rural tradicional.

Contudo, conforme já acentuamos, o desenraizamento, a migração e o choque cultural, processos interligados, levaram os elementos do grupo, num primeiro momento, a se marginalizar num enclave. A estrutura familiar construída por este imigrante teria sido uma decorrência dessa situação: tratava-se de casar o quanto antes, iniciar precocemente a união conjugal. O objetivo seria a sobrevivência, traduzida na sua própria reprodução, função da família. Desta forma, a sexualidade não era reprimida, e sim canalizada para a procriação.

Seriam estas expressões das habilidades às quais se refere Willems (7) como próprias do "grupo marginal"? É possível. De todo modo, não temos mais presente o "europeu", e sim o "imigrante": as heranças culturais teriam sido, portanto, rearranjadas em função da situação peculiar em que o grupo se encontrava - daí a idéia de uma redefinição das estruturas familiares em função do enclave.

A paisagem que pintamos e as evidências empíricas que coletamos permitem-nos supor a criação de novas solidariedades, fundamentadas na experiência comum, na vizinhança, enfim, no estabelecimento de novas regras de parentesco. Como resultado, teríamos uma família semi-ampliada, construída em função das condições iniciais da inserção dos imigrantes na sociedade receptora, em que contavam os pais, os irmãos, sogros e compadres, redefinindo as bases de novas redes de parentesco. Acreditamos que foi sobre estes alicerces, construídos por um grupo que se opunha a toda, ou quase toda, interferência cultural da sociedade luso-brasileira, que foram montados os mecanismos para o processo que vem em seguida, de construção de uma identidade étnica e de integração do grupo na sociedade curitibana.

Constatados os comportamentos herdados em relação à fecundidade e à

sexualidade no subgrupo pioneiro, e uma indicação de mudanças nas coortes subsequentes, é possível perguntar até que ponto estas atitudes foram alteradas de uma geração a outra, não só como resposta à própria dinâmica dos contatos culturais, mas também no que concerne à inserção do grupo numa sociedade em transformação, que rapidamente se urbanizou.

A experiência inicial dos pioneiros imigrantes, localizados nos arredores de Curitiba, vivendo como colonos num modo de vida tipicamente rural, praticamente foi perdida pela memória curitibana. Foi esquecida de igual modo a primeira igreja construída pela comunidade dos luteranos, de estilo pomerano e enxaimel, com torre e lambrequins; demolida, em seu lugar foi edificado um novo templo, maior, mais sólido, gótico. Foi a igreja que ficou, e a sociedade mitifica, racionalizando que a igreja erguida na rua Inácio Lustosa teria sido mais antiga, pelo estilo de sua construção. Da mesma forma, a história do imigrante alemão em Curitiba foi marcada pelo senso comum: ele sempre foi visto como um elemento urbano que se imiscuiu nas atividades comerciais e industriais da cidade, fundando armazéns de secos e molhados, padarias, cervejarias, lojas de louças, feragens, fábricas, ou exercendo profissões liberais diversas; tendo ascendido socialmente, ligou-se muitas vezes a grupos econômicos oriundos da elite luso-brasileira. Tem-se mesmo a impressão de que, dourado por esta memória, o elemento germânico ou descendente que se proletarizou neste processo não era "alemão", era "polaco". Esquecimentos, preconceitos, imagens construídas sem dúvida com base na realidade: os nomes alemães nas casas comerciais, a influência na arquitetura urbana, a igreja gótica da rua Trajano Reis assinalam, como monumentos, o bairro dos alemães em Curitiba - alemães de uma segunda geração.

Diríamos que, na verdade, a origem desta memória está na gradativa mudan-

ça dos filhos dos pioneiros para a cidade, agregados aos novos imigrantes, de origens mais urbanas, que continuaram a chegar até os anos 30. Por essa época, a fase do enclave já estava superada, e os imigrantes, amadurecidos. O mosaico de culturas que constituía o grupo marginal já se homogeneizava relativamente no caldo de uma "cultura imigrante", e sob a égide de uma história, recriada, comum.

A inserção da segunda geração na cidade fez-se neste contexto em que estava sendo criada uma identidade, cuja (re)construção era incrementada pelo múltiplo reforço dos elos da corrente social estabelecida com a sociedade emissora, focada cada vez mais no Reich alemão, e que parece ter se mantido até a conjuntura da Segunda Guerra Mundial (Nadalin, 1987). Estes liames receberam o impacto dos movimentos pangermânicos, veiculados pela imprensa germânica e teuto-brasileira e que tinham trânsito fácil na cidade. Trama e urdidura de um mesmo tecido, o enxerto na comunidade étnica dos novos imigrantes representava uma contradição: de um lado, pela contribuição que traziam, pelas notícias da pátria distante, reforçando a cultura imigrante, a comunidade alemã; de outro, por introduzirem conflitos, o que forçava a trama da coesão do grupo, tendendo a rompê-la.

Vimos que, neste período (segunda coorte), as modificações demográficas traduziram-se principalmente na diminuição e na mudança do perfil da curva da fecundidade, assinalando uma utilização mais freqüente da contracepção. Por outro lado, verificou-se também um aumento da idade ao casar: embora pequeno, este aumento caracterizava uma evolução "malthusiana", e que se combinou com uma verdadeira revolução "neomalthusiana". Tudo indica que estas alterações inscreviam-se num contexto de mudanças mais amplas e profundas, em que se inclui o rompimento com uma idéia de família elaborada no início da construção da identidade étnica.

A nova racionalidade imposta pela urbanização implicou igualmente o advento de uma nova atitude perante a criança. Se, para os camponeses da primeira coorte, os filhos constituíam-se num bem necessário para tocar a tarefa da sobrevivência, a partir da segunda geração, e ainda mais evidente na terceira, cada vez mais impregnava nos novos imigrantes e nos descendentes dos pioneiros a idéia de que uma vida realizada estava situada igualmente para além da procriação. Onde a tendência de uma relativa concentração dos filhos no início do ciclo matrimonial, num quadro de uma nova valoração do casamento e da prole: esposa, filhos, um lar, apesar de todas as suas vantagens, começavam a se apresentar fundamentalmente como elementos da coluna das despesas.

Estamos tratando, pois, de uma alteração cultural que implicou o redimensionamento do projeto do casamento. No centro urbano, a família não se constituía mais como unidade de produção; na perspectiva masculina, por exemplo, ficaram alterados os critérios para a escolha da noiva. Em outros termos, substituíam-se as considerações materiais, incluída a idéia de uma esposa robusta e fértil, por valores cada vez mais ligados ao "amor romântico". De forma gradativa, as escolhas individualizaram-se, indicando um afrouxamento das influências da família ampliada. A decisão de casar implicava agora uma relativa independência dos noivos, mesmo no cerceamento do mercado matrimonial, fundado em uma prática endogâmica de natureza étnica. A conquista da independência tendia a postergar o momento do casamento: se na geração pioneira, camponesa, o domicílio dos nubentes poderia ser construído sob o manto protetor dos pais, da segunda em diante, cada vez mais a constituição de um lar dependia fundamentalmente dos recursos dos jovens noivos. Como sabemos, este processo corresponde de igual modo a uma tendência à "nuclearização" da família.

A modernidade implicou, da mesma forma, o abandono de outros comportamentos mantidos pelo grupo camponês, dando lugar à prática da contracepção e, principalmente, em consequência da adoção de novos valores pela comunidade em função do processo de contatos culturais, a uma diminuição substantiva das concepções pré-conjugais (de 21,3% para 11,8%). Com a urbanização e o avanço do processo de contatos culturais impôs-se a determinação de uma nova moral ao grupo (Nadalin, 1988), resultando em atitudes, digamos, caracteristicamente "vitorianas" a respeito do sexo.

Revisando a trajetória do texto

A presente reflexão procurou resgatar algumas linhas de estudo, percorrer o que já foi pensado a respeito da história da ocupação do Paraná, naturalmente, sem pretender exaurir, mas, quiçá, permitindo um novo colorido a velhas interpretações. Daí o caráter de síntese de uma parte do texto.

A seguir, pensamos a população paranaense a partir de algumas generalizações conhecidas e de modelos amplamente aceitos, pelo menos nas suas formas estruturais. Generalizações e paradigmas montados a partir do conhecimento de outras histórias, de outras realidades. Experimentamos suas coerências na paisagem de um Brasil Meridional, onde foram colocados em primeiro plano personagens imigrantes. E "devolvemos a bola": até que ponto a consistência do modelo mantém-se ao introduzirmos nas suas engrenagens o elemento complexo dos contatos culturais resultantes das imigrações?

Neste ponto, procurando enfatizar a experiência imigrante, elegemos o estrangeiro de fala alemã como pretexto para introduzirmos o leitor no grande tema de uma investigação. A problematização foi avivada por um exercício de recriação para o qual, todavia, tínhamos

poucos, muito poucos elementos. Algumas cifras, calculadas com método, foram convenientemente articuladas entre si e com algumas referências que conhecíamos sobre a questão, e o resultado foi o delineamento de um sistema que funciona como um relógio. A narrativa pode passar ao leitor essa impressão, mas se pensarmos o processo imigratório num sentido lato, como um sistema de equações com um extraordinário número de variáveis e de incógnitas - dadas pela complexidade das relações sociais -, são inúmeras as hipóteses que podem e devem ainda ser trabalhadas.

Porém, a combinação das variáveis que foram reveladas por algumas fontes, a partir de uma determinada perspectiva metodológica, ao menos coloca os termos de um problema. Se existem carências, elas deverão ser resolvidas com o auxílio de outros testemunhos, com a continuidade das pesquisas, e com induções a partir do uso de métodos comparativos. Contudo, nesta equação parece haver indicações de que existem relações entre os processos migratórios, a cultura originária dos imigrantes, a coloração das expectativas da sociedade receptora - ou, pelo menos, das suas elites -, a natureza dos fatores intervenientes na aculturação, e assim por diante.

Essas questões nos levaram à articulação entre a estrutura da família construída pelos estrangeiros e descendentes e a própria estrutura mais ampla das relações sociais, numa dialética de mudanças que passam do antigo para o moderno. Questões centradas nos comportamentos reprodutivos dos casais imigrantes que, como dissemos no texto, colocam algo a explicar e a compreender. Até que ponto isto ficou evidente? Quisermos passar a tese, com alguns argumentos a favor, de que as estruturas da família, no início do processo de inserção do grupo, construíam-se, no meio imigrante, segundo relações sociais mais amplas de padrões ainda tradicionais.

Para concluir, finalmente, acreditamos que a problemática ficou bem circunscrita, embora nos seus mais amplos termos. A partir daqui, o horizonte da pes-

quisa ficará melhor delimitado, e a investigação far-se-á, pois, a partir dessas definições e discussões metodológicas.

Notas

- (1) Inaugurada nos anos 1850-1870 e caracterizada, principalmente, pela crise da mão-de-obra escrava.
- (2) Tradução da sociedade patriarcal e escravista no Brasil Meridional, caracterizado pela criação de gado e por uma economia autárquica. Sobre o tema ver Balhana *et al.* (1969b).
- (3) Tendo em vista o corte em 31 de dezembro de 1939, a grande maioria das mulheres da coorte iniciada em 1920-1939 não pôde ser acompanhada até pelo menos os 45 anos de idade, o que explica o fato de não ter sido calculada a idade média da última maternidade para estas mães.
- (4) Estima-se que as possibilidades de concepção em uma só relação sexual num casal jovem e saudável estão entre 2% e 4%; isto significa que a concepção deve ser, com probabilidade, o resultado de várias semanas, e talvez meses, de relações sexuais sem proteção (Stone, 1989:311).
- (5) Ao que tudo indica, estas práticas são bastante semelhantes aos cortejos íntimos conhecidos como *bundling* na Inglaterra, comuns entre as classes populares nos séculos XVII e XVIII (Stone, 1989:309-310).
- (6) As citações e inferências deste parágrafo referem-se a Willems (1980:305).
- (7) O "grupo marginal", característico num primeiro momento dos contatos culturais, evidencia-se por "uma grande habilidade, conflitos mentais acompanhados por desajustamentos mais ou menos graves, sentimentos de inferioridade, ressentimentos e ambivalência de atitudes" (Willems, 1940:175).

Fontes primárias e fontes impressas

MAPPAS dos habitantes da mesma cidade [Curitiba] existentes no ano de 1850. Província do Paraná, município do Paraná, município da capital: estatística da população em 1850. Manuscrito existente no Arquivo do

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

RELATÓRIOS de Presidentes de Província do Paraná (RPPPr), 1854, 1855, 1860, 1872, 1875, 1878, 1882, 1888, 1897.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Michael. *Elementos para a história da família ocidental; 1500-1914*. Lisboa, Quercus, 1984.

Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 1992 (inédito).

ANDREAZZA, Maria Luiza. O paraíso das delícias; estudo de uma comunidade imigrante ucraniana. Projeto de pesquisa, Curitiba,

BALHANA, Altiva Pilatti. "A política imigratória do Paraná". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 12, maio-jun., 1969, pp.65-80.

- BALHANA, Altiva Pilatti *et al.* "Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização". *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História; colonização e migração*, São Paulo, Revista de História/USP, 1969a, pp.345-89.
- _____. *História do Paraná*. Curitiba, Grafipar, 1969b.
- BIDEAU, Alain. "Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais". In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e sociedade; evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 47-68.
- BIDEAU, Alain e NADALIN, Sergio Odilon. "Étude de la fécondité d'une communauté évangélique luthérienne à Curitiba (Brésil) de 1866 à 1939". *Population*, 43(6), nov-dez., 1988, pp.1035-64.
- _____. "Histórias de vida e análise demográfica da fecundidade: abordagens complementares para uma história de comportamento social". In: NADALIN, Sergio Odilon, BALHANA, Altiva Pilatti e MARCÍLIO, Maria Luiza (orgs.), *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo, ABEP/IUSSP/Celade/Fundação SEADE, 1990, pp. 131-41.
- BIROU, Alain. *Dicionário das ciências sociais*. Lisboa, Quixote, 1973.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. "Disciplinarização e trabalho: Curitiba, fins do século XVIII, inícios do século XIX". *História: Questões & Debates*, Curitiba, 8(14/15), jun-dez., 1987, pp.117-27.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARNEIRO, José Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, 1950.
- DIEGUES JR., Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, INEP, 1960.
- GOLFIN, Jean. *Vocabulário essencial da sociologia; temas e problemas*. Lisboa, Moraes, 1973.
- HALBWACHS, Mauricio. *Morfologia social*. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1941.
- HEISLER, Alfredo. "Apontamentos históricos e sobre a imigração no Estado do Paraná (1829-1929)". In: *Os alemães nos Estados do Paraná e de Santa Catharina; em comemoração ao I centenário de sua entrada nesses Estados do Sul do Brasil; 1829-1929*, Curitiba, Empr. Edit. Olivero, s/d.[provavelmente 1929/1930].
- MACEDO, Iara Símile de, BURMESTER, Ana Maria de Oliveira e NADALIN, Sergio Odilon. Estimativas de mortalidade adulta no grupo evangélico luterano em Curitiba; 1880-1919. Trabalho apresentado no Seminar on Adult Mortality and Orphanhood in the Past, San Jose, Celade, IUSSP, 1984.
- MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos; dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná*. Curitiba, Gráfica Paranaense, 1941.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná)*. São Paulo, Anhembi, 1955.
- MINISTÈRE DU TRAVAIL ET DE LA PRÉVOYANCE SOCIALE. *Statistique internationale du mouvement de la population. Résumé retrospectif depuis l'origine des statistiques de l'état civil jusqu'en 1905*. Paris, Ministère du Travail et de la Prévoyance Sociale, Imprimerie Nationale, 1907.
- MIRANDA, Beatriz Teixeira de Melo. *Aspectos demográficos de uma cidade paranaense do século XIX: Curitiba, 1851-1880*. Dissertação de mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1978.
- MOOG, Viana. *Um rio imita o Reno*. 3ª ed., Porto Alegre, Livraria do Globo, 1940.
- NADALIN, Sergio Odilon. *A origem dos noivos nos registros de casamentos da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; 1870-1969*. Dissertação de mestrado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1975.
- _____. *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la Communauté Evangélique Luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. Tese de doutorado, Paris, EHESS, 1978.

- _____. "Uma comunidade de origem germânica em Curitiba: demografia e sociedade". *História: Questões & Debates*, Curitiba, 8(14/15), jun.-dez., 1987, pp. 137-46.
- _____. "Sexualidade, casamento e reprodução". *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, ABEP, vol. 5, n.2, jul.-dez., 1988, pp.63-82.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- PINHEIRO MACHADO, Brasil *et al.* Campos Gerais - estruturas agrárias. Curitiba, Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 1968.
- RANZI, Serlei Maria Fischer. Alemães católicos: valores e práticas cotidianas no interior das famílias. Projeto de pesquisa, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1993 (inédito).
- RUDNICKYJ, Jaroslaw. "Cultures in contact" [separata]. *Actes de la VIIème. Rencontre internationale "L'Avenir de l'Homme"*, Bozano, Institut International d'Etudes Européennes Antonio Rosmini, 1964, pp.47-8.
- SHORTER, Edward. "Female emancipation, birth control and fertility in European history". *The American Historical Review*, 78(3), jun., 1973, pp.605-40.
- _____. *Naissance de la famille moderne: XVIIIe-XXe siècle*. Paris, Seuil, 1977.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo, Editora Nacional/Ed. da USP, 1968.
- STONE, Lawrence. *Família, sexo y matrimonio en Inglaterra; 1500-1800*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- VALLE, Marília Souza do. *Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa: 1770-1829*. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1983.
- WAIBEL, Leo. "Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil". In: WAIBEL, Leo, *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, IBGE, 1979, pp. 225-312.
- WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil; estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo, Editora Nacional, 1940.
- _____. *A aculturação dos alemães no Brasil; estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2ª ed., São Paulo/Brasília, Editora Nacional/INL, 1980.

RESUMO - O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. No presente artigo, a imigração dos europeus no século XIX foi estudada privilegiando-se a premissa de que ela se constituiu na réplica da elite brasileira ao impasse gerado pelo fim da escravidão - um dos indicadores da crise que assinalou o rompimento das estruturas coloniais. Em contrapartida, a instalação de imigrantes no Brasil do oitocentos concorre ao surgimento do que podemos denominar de cultura imigrante. As reflexões desenvolvidas no estudo procuram situar a emergência de tal cultura, analisando os descendentes de europeus tanto na ótica da demografia histórica quanto na dos contatos culturais. As análises que se seguem foram alicerçadas em dados provenientes da reconstituição de famílias de imigrantes europeus e seus descendentes, metodologia privilegiada nos estudos de demografia retrospectiva. A justaposição dos padrões demográficos com os elementos culturais específicos aos imigrantes possibilitou circunscrever formas de sociabilidade que permitiram, por sua vez, o delineamento de uma teoria da família imigrante. Assim, o trabalho situa-se na temática mais ampla dos estudos populacionais ou, o que é para nós mais pertinente, na história da população.

ABSTRACT - Colonization in Southern Brazil and the immigrant family. In this article, the immigration of Europeans in the 19th Century was studied, focused upon the idea that it became a reaction of the Brazilian elite to the impasse generated by the end of slavery -

one of the indicators that marked the rupture of the Colonial structures. On the other hand, the installation of immigrants in 19th Century Brazil marked the birth of what we can call immigrant culture. The considerations developed in this study try to situate the emergence of such a culture, analysing the descendants of the Europeans from the standpoint of historical demography as well as of cultural contacts. The analyses that follow were based upon data from the reconstitution of families of European immigrants and their descendants, this being the most common methodology in retrospective demography studies. The comparison between demographic standards and specific cultural elements of the immigrants made it possible to encompass sociability forms that allowed the drawing up of a theory of the immigrant family. Therefore, the work focuses on the wider topic of population studies or, what is more pertinent to us, on the history of population.

Recebido para publicação em 07/07/94.

Aprovado para publicação em 10/09/94.